

**INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**



Instituto de Relações Internacionais
Universidade de São Paulo

BRI-0001 Temas e Prática em Relações Internacionais

Docentes: Jacques Marcovitch e Pedro Dallari

Agenda 2030 - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11: Cidades e
Comunidades Sustentáveis

Integrantes do grupo:

Ana Heloisa Oliveira Alves - 11288840 (Direito)

André Zamboni Cespi - 4000140 (Engenharia)

Felipe Moreira do Amaral - 10706232 (Engenharia)

Gabriel Valverde Zanata da Silva - 10774799 (Engenharia)

João Gabriel Bersan Soares de Brito - 11238750 (Economia)

Júlia Ferreira dos Santos - 10792107 (Engenharia)

São Paulo
30 de Outubro de 2019

Qual ODS e meta escolhida?

ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.7.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

O que o Brasil pode fazer para implementar essa meta??

Com o advento das mudanças climáticas e seus impactos no meio ambiente, diversas áreas ligadas ao ambiental e ao urbano são afetadas. Enchentes, deslizamentos de encostas, e ações antrópicas como quebra de barragens e o desmatamento de florestas geram riscos às comunidades e cidades, deixando a população em situação de vulnerabilidade.

Vemos esses casos se concretizando, exemplo disso foi a enchente do rio em Blumenau em 2008, afetando populações ribeirinhas e marginalizadas, além disso, recentemente tivemos o caso de Brumadinho que teve uma barragem da Vale rompida destruindo ecossistemas e comunidades.

Para evitar que casos extremos como esses aconteçam é necessário agir de forma a mitigar esses problemas, tanto em nível local e nacional. Seguindo documentos como o Marco de Hyogo, Marco de Sendai e o Acordo de Paris, podemos tomar diretrizes para solucionar esses problemas. É importante reforçar a ideia de adaptação pré e pós desastres, agindo no econômico, social e ambiental, além de adaptar esses indicadores para cada região do país, respeitando sua cultura e tradição.

O Estado deve agir, juntamente com os governos locais, a fim de criar planos de prevenção a desastres e aumento da resiliência, tanto naturais como antrópicos, como políticas municipais ligadas ao plano diretor das cidades e diretrizes

municipais. Agindo em nível local é mais fácil adaptar cada política aos problemas daquele local. É necessário ligar as universidades a criação desses planos, fazendo pesquisas ligadas a cada área, criando leis baseadas em opiniões científicas comprovadas, facilitando o governo e a sociedade civil de argumentar os riscos possíveis.

A nível nacional a urgência de destinação de verbas para pesquisa e implementação desses planos segue necessária, em um ambiente economicamente instável que vivemos destinar verbas para manter a segurança da população deveria ser prioridade, tendo em vista que esses eventos catastróficos extremos afeta diversos setores.

Por fim, fiscalização intensa a fim de prever e evitar esses desastres deve ser necessário e devidamente cobrada, tanto pelo poder público como pela sociedade civil, como citado acima, alguns desses eventos são causados pela ação humana direta, sendo necessário uma cobrança maior do setor privado pela segurança da população e manutenção dos organismos naturais.

O que nós enquanto alunos - e futuros profissionais da área – podemos fazer para atingir essa meta?

A nível Brasil, é relevante mencionar que a geografia deste país de dimensões continentais não possui características que facilite catástrofes naturais tais como furacões, terremotos, erupções de vulcões, tufões etc. Isso implica que a maioria das catástrofes são causadas por ações antrópicas. E tendo isso em vista, a ODS 11 propõe tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e para o Brasil atingir essa meta da ONU, mudanças e ações por parte dos estudantes do grupo são viáveis.

Alguns dos problemas que se encaixam nesse objetivo de desenvolvimento sustentável escolhido pelo grupo e que foram elencados para serem debatidos e amenizados são: rompimento de barragens; enchentes em zonas de habitação urbana; secas; queimadas; manchas de petróleo no oceano.

- Rompimento de barragens: como no grupo há estudantes de engenharia civil, é possível, com o devido conhecimento teórico, realizar visitas técnicas à barragens para acompanhar a análise do estado de conservação da barragem como um todo e realizar um estudo da oxidação da armadura do concreto, por exemplo. Uma outra opção é realizar visitas às cidades que estão localizadas em área de barragens com riscos de rompimento, e criar um plano comum de evacuação da

área da cidade para os habitantes, para que na pior das hipóteses os moradores consigam sobreviver.

- Enchente em zonas de habitação urbana: usufruindo do conhecimento dos estudantes de engenharia civil do grupo, é possível a realização de campanhas de conscientização com moradores de regiões com riscos de enchentes abordando tópicos como descarte adequado de lixo (evitando assim obstrução do sistema de drenagem pluvial e fluvial e proliferação de doenças). Além disso é possível realizar lobby político reivindicando construção de infraestrutura que vise a redução de impactos de enchentes recorrentes, exemplos de infraestrutura são: construção de dutos paralelos aos rios para auxiliar na drenagem em caso de transbordamento; investimento em concretos mais permeáveis à água.

- Secas no Nordeste: usufruindo dos conhecimentos legais da estudante de Direito do grupo, a realização de lobby político para construção infraestruturas hidráulicas, a se mencionar: cisternas para armazenamento de água em caso de secas graves voltada para o consumo humano e irrigação do solo – importante ressaltar que a rega excessiva do solo provoca salinização e perda de nutrientes, tornando o cultivo inviável.

- Alagamento de áreas de população ribeirinhas: no caso de construção de obras de infraestrutura que envolve áreas de inundação, tal como barragens, populações ribeirinhas são prejudicadas pois as áreas em que antes habitavam são alagadas para a construção do lago usado pela hidrelétrica. Para reduzir esse problema a realização de lobby político pelos integrantes do grupo é necessária, para reivindicação de voz para essa população em estado de vulnerabilidade e evitar a construção desse tipo de obra de infraestrutura que prejudique essas populações. E no caso de já estar construída e os ribeirinhos prejudicados, realizar campanhas de arrecadação de materiais para construção de novos lares em uma área segura de habitação.